

ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF

Edital 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	180378-ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF	JONATAS FERNANDES DA SILVA ROMAN	24/02/2026 17:21 (v 0.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		057.003064/2025-87

1. LIVROS PROERD

PREGÃO  
ELETRÔNICO  
90015/2025

CONTRATANTE (UASG)  
(180378)

OBJETO  
Contratação de serviço de diagramação, editoração, arte final, tratamento de imagens, adequação e organização de textos e imagens do arquivo digital, impressão, produção e devolução dos arquivos digitais dos Livros e Certificados PROERD (Programa de Resistência às Drogas e à Violência)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO  
R\$ 1.234.942,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA  
Dia 12/03/2026 às10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:  
menor preço, por item

MODO DE DISPUTA:  
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS  
NÃO

1.	DO OBJETO	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	13
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20
11.	DOS RECURSOS	21
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

## ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2025

(Processo Administrativo nº 057.00306415/2025-87)

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio do Centro Integrado de Apoio Financeiro - CIAF, sediado na Avenida Cruzeiro do Sul, 260, 4º Andar, Canindé, CEP:03033-020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é serviço de diagramação, editoração, arte final, tratamento de imagens, adequação e organização de textos e imagens do arquivo digital, impressão, produção e devolução dos arquivos digitais dos Livros e Certificados PROERD (Programa de Resistência às Drogas e à Violência), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 4, 6 e 7, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para os itens 1, 2, 3 e 5, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3. Considerando o valor estimado do item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
- 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta

que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro

colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico SEI.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
  - 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
  - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:
  - (1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
  - (2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
    - a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;
  - (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;
  - (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;



- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): [ciafuge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:ciafuge@policiamilitar.sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas na Internet [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o

interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br), opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

DATA DE ASSINATURA DIGITAL NO DOCUMENTO

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JONATAS FERNANDES DA SILVA ROMAN**

Maj PM Subscritor do Edital



*Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 17:21:53.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXOS DO EDITAL ATUALIZADO.pdf (7.71 MB)

ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF

Termo de Referência 32/2025

Informações Básicas


Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2025	180378-ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF	GABRIEL SANTANA SIQUEIRA NASCIMENTO	05/02/2026 09:11 (v 5.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

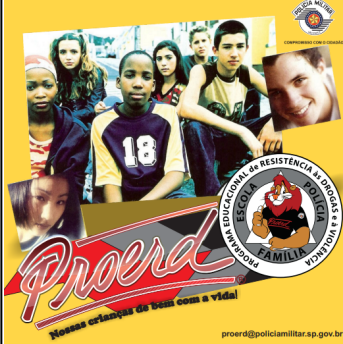
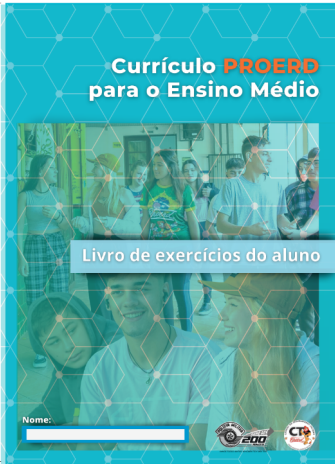
Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	24/2025	057.003064/2025-8

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviço de diagramação, editoração, arte final, tratamento de imagens, adequação e organização de textos e imagens do arquivo digital, impressão, produção e devolução dos arquivos digitais dos **Livros e Certificados PROERD (Programa de Resistência às Drogas e à Violência) e dos Manuais da Polícia Militar** especificados abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CATSERV	ITEM/BEC	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	17353	64599	<p><b>CERTIFICADOS PROERD</b></p> <p>Formato: 297 x 210 mm;</p> <p>Impressão em 4x0 cores em papel tipo "off set fosco" branco de 150 gramas/m².</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	385.000	R\$ 0,74	R\$284.900,00

2	19275	41823	<p><b>LIVRO DO ESTUDANTE "CAINDO NA REAL" 5º ANO PROERD</b></p> <p>Formato fechado 56 páginas de 20,2 X 27,5 cm;  Formato aberto 28 página de 40,4 X 27,5 cm;  Miolo com 56 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;  Capa com 04 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores, orelha com 13 cm, a dobra da orelha não poderá mostrar o miolo mais que 2 mm;  Acabamento lombada canoa com 02 grampos.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	297.000	R\$2,25	R\$668.250,00
3	19275	41823	<p><b>LIVRO DO ESTUDANTE "CAINDO NA REAL" 7º ANO PROERD</b></p> <p>Formato fechado 27,5 X 21,0 cm;  Formato aberto 42,0 X 27,5 cm;  Miolo com 24 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;  Capa com 4 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores;  Acabamento lombada canoa com 02 grampos.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	46.000	R\$1,93	R\$88.780,00

4	19275	159042	<p><b>LIVRETO DE "DEVER DE CASA" DO "CAINDO NA REAL" DO 7º ANO PROERD</b></p> <p>Formato aberto 15,2 X 90,00 cm; Formato fechado 15,2 X 15,0 cm com 12 páginas dobráveis em papel couchê liso 120g/m² 4x4 cores;</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	46.000	R\$1,33	R\$61.180,00
5	19275	41823	<p><b>LIVRO DO ESTUDANTE ENSINO MÉDIO PROERD</b></p> <p>Formato fechado 27,5 X 21,0 cm; Formato aberto 42,0 X 27,5 cm; Miolo com 18 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores; Capa com 4 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores; Acabamento lombada canoa com 02 grampos.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	33.000	R\$2,69	R\$88.770,00
			<p><b>MANUAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b></p> <p>Capa no papel triplex 350g, com lami - nação bopp fosca frente, verniz localizado e aplicação de alto relevo e o clichê incluso Tamanho da capa 48,7</p>				

6	19275	41823	<p>x23cm 4x0 cores, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores - com 128 páginas. tamanho miolo 15.7x22.7</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	600	R\$32,48	R\$19.488,00
7	19275	41823	<p><b>MANUAL DE FUNDAMENTOS: POLÍCIA OSTENSIVA E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA</b></p> <p>Capa no papel triplex 350g, com lami - nação bopp fosca frente, verniz localizado e aplicação de alto relevo e o clichê incluso Tamanho da capa 48,7 x23cm 4x0 cores, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores - com 162 páginas. tamanho miolo 15.7x22.7</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	600	R\$39,29	R\$23.574,00
						TOTAL	R\$1.234.942,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.



1.2. O serviços objeto desta contratação são caracterizados como **de natureza comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.4. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

### **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução se dá pela contratação através de licitação de serviço de diagramação, editoração, arte final, tratamento de imagens, adequação e organização de textos e imagens do arquivo digital, impressão, produção e devolução dos arquivos digitais dos Livros e Certificados para abastecer o programa PROERD (Programa de Resistência às Drogas e à Violência) e de Manuais da Polícia Militar para abastecer os cursos ofertados na DPCDH (Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos), conforme especificações abaixo de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

3.2. Os materiais deverão ser entregues em diversas unidades da Polícia Militar do Estado de São Paulo, visando o abastecimento viabilização da continuidade do programa no Estado, conforme tabela específica.

3.3. Relacionam-se a seguir os itens do serviço a ser licitados, com suas respectivas especificações:

3.3.1. **ITEM 1: CERTIFICADOS PROERD, 385.000** (trezentos e oitenta e cinco mil) unidades acondicionadas em embalagens de papel filme, com 500 (quinhentas) unidades por pacote e dispostas em caixas. O Certificado deverá atender às seguintes especificações:

- Formato: 297 x 210 mm;
- Impressão em 4x0 cores em papel tipo "off set fosco" branco de 150 gramas/m².

3.3.2. **ITEM 2: LIVRO DO ESTUDANTE "CAINDO NA REAL" 5º ANO PROERD , 297.000** (duzentos e noventa e sete mil) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Formato fechado 56 páginas de 20,2 X 27,5 cm;
- Formato aberto 28 página de 40,4 X 27,5 cm;
- Miolo com 56 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;
- Capa com 04 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores, orelha com 13 cm, a dobra da orelha não poderá mostrar o miolo mais que 2 mm;
- Acabamento lombada canoa com 02 grampos.

3.3.3. **ITEM 3: LIVRO DO ESTUDANTE "CAINDO NA REAL" 7º ANO PROERD , 46.000** (quarenta e seis mil) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Formato fechado 27,5 X 21,0 cm;
- Formato aberto 42,0 X 27,5 cm;
- Miolo com 24 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;
- Capa com 4 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores;
- Acabamento lombada canoa com 02 grampos.

3.3.4. **ITEM 4: LIVRETO DE "DEVER DE CASA" DO "CAINDO NA REAL" DO 7º ANO PROERD, 46.000** (quarenta e seis mil) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Formato aberto 15,2 X 90,00 cm;
- Formato fechado 15,2 X 15,0 cm com 12 páginas dobráveis em papel couchê liso 120g/m² 4x4 cores;

3.3.5. **ITEM 5: LIVRO DO ESTUDANTE ENSINO MÉDIO PROERD , 33.000** (trinta e três mil) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Formato fechado 27,5 X 21,0 cm;
- Formato aberto 42,0 X 27,5 cm;
- Miolo com 18 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;
- Capa com 4 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores;
- Acabamento lombada canoa com 02 grampos.

3.3.6. **ITEM 6: MANUAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA , 600** (seiscentas) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Capa no papel triplex 350g, com laminação bopp fosca frente, verniz localizado e aplicação de alto relevo e o clichê incluso;
- Tamanho da capa 48,7x23cm 4x0 cores, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores - com 128 páginas. tamanho miolo 15.7x22.7

3.3.7. **ITEM 7: MANUAL DE FUNDAMENTOS: POLÍCIA OSTENSIVA E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA , 600** (seiscentas) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Capa no papel triplex 350g, com laminação bopp fosca frente, verniz localizado e aplicação de alto relevo e o clichê incluso;
- Tamanho da capa 48,7x23cm 4x0 cores, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores - com 162 páginas. tamanho miolo 15.7x22.7.

3.4. A seleção do orçamento que compõem esta pesquisa pautou-se em critérios técnicos e mercadológicos objetivos, a saber:

- Atuação consolidada no setor;
- Compatibilidade com as especificações técnicas exigidas;
- Fornecimento direto de itens, reduzindo riscos de intermediações e sobrepreço;
- Disponibilidade para atendimento nas condições estabelecidas;
- Local de entrega dos materiais na cidade de São Paulo

3.5. Cabe pontuar ainda que foram consultadas diversas empresas especializadas no fornecimento do serviço, todas com experiência consolidada na prestação de serviços gráficos e de impressão e, inclusive, atuando de maneira predominante no nicho pretendido, o que lhes confere maior qualidade técnica. No entanto, com exceção de uma cujo orçamento compõe esta contratação, as demais deixaram de encaminhar orçamento, seja por falta de interesse em participar da licitação, seja por impossibilidade de atendimento dentro do prazo estabelecido.

3.6. Os contatos realizados via correio eletrônico com todas as empresas foram anexados ao processo, revestindo a contratação da legalidade e da transparência que lhe são próprias.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois a complexidade do objeto do contrato não prescinde de garantia para cobrir eventuais prejuízos à Administração.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. Não será exigida amostra do serviço ora contratado, contudo, não exime a empresa da obrigação de manter o padrão de qualidade estabelecido neste Termo de Referência em toda a escala de produção, uma vez que, tratando-se de milhares de exemplares, é

imprescindível assegurar a uniformidade e a conformidade de cada unidade. O material entregue estará sujeito à recusa de recebimento caso não atenda aos padrões de qualidade exigidos. A CONTRATADA deverá, ainda, entrar em contato com a CONTRATANTE para o recebimento das mídias referentes aos itens constantes no ITEM 3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

5.3. .A CONTRATADA deverá cumprir o prazo de 20 (vinte) dias a contar da emissão da Nota de Empenho para entrega de todo o material produzido no serviço em tela em seus respectivos destinos.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.4. Local e horário da prestação dos serviços:

5.4.1. A entrega deverá ser realizada em horário comercial, das 9h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, de modo a viabilizar o recebimento e a execução dos procedimentos habituais pelas unidades responsáveis.

5.4.2. Os **Manuais da Polícia Militar (itens 6 e 7)** deverão ser entregues exclusivamente na Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos (DPCDH), localizada na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 260, bairro Canindé, São Paulo/SP – Sala 155, 1º andar, telefone (11) 3327-7755. A CONTRATADA deverá, ainda, observar rigorosamente os quantitativos indicados na tabela acima, no que se refere aos Certificados e Livros do PROERD, cuja entrega também deverá ocorrer, dentre outras unidades, nesta Diretoria.

UNIDADE	ENDEREÇO	CERTIFICADOS	LIVROS 5º ANO	LIVRETO 7º ANO	LIVROS 7º ANO	LIVROS ENSINO MÉDIO	GRANDES COMANDOS
DPCDH	Av. Cruzeiro do Sul, nº 160 – Canindé – São Paulo/SP	3051	3331	1440	1440	2870	DIRETORIA
CPA/M-1	Rua Vergueiro, nº 363 – Liberdade – São Paulo/SP	2310	1210	350	350	500	C P C
CPA/M-2	Rua Rafael Iório, nº 160 – Campo Belo – São Paulo/SP	1800	2000	700	700	300	
CPA/M-3	Av. General Ataliba Leonel, nº 1270 – Carandiru – São Paulo/SP	9370	7920	1450	1450	0	
CPA/M-4	Av. Amador Bueno da Veiga, nº 2774 – Penha – São Paulo/SP	3000	2800	700	700	400	
CPA/M-5	Av. Corifeu de Azevedo Marques, nº 4082 – Rio Pequeno – São Paulo/SP	8630	8630	1400	1400	3300	
CPA/M-9	Av. Sapopemba, nº 12.370 – Fazenda da Juta – São Paulo/SP	6100	6100	0	0	0	
CPA/M-10	Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, nº 231 – Santo Amaro – São Paulo/SP	42500	4700	900	900	2500	
CPA/M-11	Rua São Felipe, nº 381 – Parque São Jorge – São Paulo/SP	12000	10000	3200	3200	1500	
CPA/M-6	Rua das Silveiras, nº 20 – Vila Guiomar – Santo André/SP	18860	17840	4850	4850	10460	C P M
CPA/M-7	Rua Humberto de Campos, nº 715 – Vila Tijuco – Guarulhos/SP	3700	3000	2500	2500	1000	
CPA/M-8	Av. Cruzeiro do Sul, nº 460 – Jardim Rochdalle – Osasco/SP	18944	13744	300	300	100	
CPA/M-12	Rua Coronel Souza Franco, nº 1010 – Centro – Mogi das Cruzes/SP	2400	0	0	0	0	
CPI-1	Av. Dep. Benedito Matarazzo, nº 9931 – Jd. Augusta – São José dos Campos/SP	42000	38500	4200	4200	850	C
CPI-2	Av. João Jorge, nº 499 – Vila Industrial – Campinas/SP	46750	31110	7930	7930	3050	
CPI-3	Av. Cavalheiro Pascoal Innechi, nº 1538 – Jd. Independência – Ribeirão Preto/SP	29780	26680	3200	3200	1000	
CPI-4	Rua Major Fonseca Osório, nº 465 – Vila Antártica – Bauru/SP	15010	15410	180	180	0	

CPI-5	Av. dos Estudantes, nº 1980 – Boa Vista – São José do Rio Preto/SP	16500	15500	1000	1000	500	<b>P I</b>
CPI-6	Av. Cel. Joaquim Montenegro, nº 282 – Ponta da Praia – Santos/SP	14130	9530	2600	2600	2000	
CPI-7	Rua Bento Manoel Ribeiro, nº 209 – Cerrado – Sorocaba/SP	21950	19550	800	800	400	
CPI-8	Av. Joaquim Constantino, nº 351 – Vila Formosa – Presidente Prudente/SP	17750	15250	800	800	0	
CPI-9	Rua Américo Vespúcio, nº 438 – Bairro São Luiz – Piracicaba/SP	38165	33695	7500	7500	2270	
CPI-10	Rua Capitão Alberto Mendes Jr, nº 238 – Aviação – Araçatuba/SP	10300	10500	0	0	0	
<b>TOTAL</b>		<b>385000,00</b>	<b>297000,00</b>	<b>46000,00</b>	<b>46000,00</b>	<b>33000,00</b>	

### Especificação da garantia do serviço

5.5. A garantia do serviço contra vícios ou defeitos é aquela prevista na Lei 8.078 que estabelece o Código de Defesa do Consumidor, em atenção ao princípio da indisponibilidade do interesse público.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### Fiscalização Técnica

6.9.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.23.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelo fiscal técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.12.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.17. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SicaF.

### **Prazo de pagamento**

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.



## Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **Pregão**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por **preço unitário**, haja vista que o valor do objeto já é de conhecimento do contratante e será pago em sua totalidade após o recebimento definitivo do serviço.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

**8.4. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.6. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**8.7. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital[quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda] Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

8.17. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.18. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

## **Outras comprovações**

8.19. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.234.942,00 (um milhão duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais), obtido a partir da Pesquisa de Preços nº 52/2025, realizada com base em orçamentos de fornecedores, cuja memória de cálculo, planilhas e documentos comprobatórios acompanham este processo em documento apartado. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado. O valor apresentado neste Termo de Referência é estimado, com base na Pesquisa de Preços nº 52/25, e poderá sofrer ajuste após o certame, em função da proposta vencedora e da efetiva contratação, ocasião em que será realizada a devida reserva orçamentária.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SANDRA ALVES DA SILVA**

2º Ten PM Enc St Adm



*Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 09:11:03.*

## ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF

# Estudo Técnico Preliminar 31/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.003064/2025-8

## 2. Descrição da necessidade

### Contratação de Serviço de Impressão de Livros, Certificados para o PROERD e Manuais da Polícia Militar

2.1. Em virtude das alterações organizacionais realizadas por intermédio do Boletim Geral Nº 11, de 19 de janeiro de 2009, o PROERD passou a ser coordenado pela Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos (DPCDH).

2.2. O PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência é aplicado ativamente nas escolas das redes pública e particular de ensino do Estado de São Paulo, para crianças das Séries Iniciais, 5º e 7º Ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

2.3. O material será distribuído pela DPCDH às unidades previamente indicadas, conforme levantamento de quantitativo solicitado, de acordo com as necessidades de cada local, para utilização pelas crianças durante as aulas do programa, atendendo alunos de escolas públicas e particulares em todo o Estado de São Paulo. Esse material desempenha um papel importante na divulgação do Programa Educacional para toda a comunidade paulista, pois contribui para a aprendizagem dos alunos. Assim, é estabelecido um processo de marketing associado à imagem da Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio de estratégias que promovem o desenvolvimento e a continuidade do Programa, visando aumentar sua aceitação e reforçar a imagem da Instituição como uma promotora de ações preventivas, além de suas atividades repressivas.

2.4. Também são indispensáveis os manuais institucionais da Polícia Militar, utilizados como base doutrinária nos cursos e treinamentos realizados pela DPCDH. Esses manuais são essenciais para a capacitação dos policiais instrutores e demais profissionais envolvidos no programa, garantindo a padronização, atualização e conformidade dos conteúdos ministrados, conforme as diretrizes estabelecidas pela Corporação.

2.5. Objetiva-se, assim, que os alunos perseverem no ideal de se manterem afastados das drogas e da violência, com vistas a também se tornarem cidadãos vencedores e subsidiar a realização dos diversos cursos anuais ofertados por esta unidade.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DPCDH/ ADM-P4	2º Ten PM Sandra

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Contratação de serviço de diagramação, editoração, arte final, tratamento de imagens, adequação e organização de textos e imagens do arquivo digital, impressão, produção e devolução dos arquivos digitais dos Livros e dos Certificados para abastecer o programa PROERD (Programa de Resistência às Drogas e à Violência), bem como dos Manuais da Instituição, conforme especificações abaixo de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

4.1.1. **ITEM 1: CERTIFICADOS PROERD, 385.000** (trezentos e oitenta e cinco mil) unidades acondicionadas em embalagens de papel filme, com 500 (quinhentas) unidades por pacote e dispostas em caixas. O Certificado deverá atender às seguintes especificações:

- Formato: 297 x 210 mm;
- Impressão em 4x0 cores em papel tipo "off set fosco" branco de 150 gramas/m².

4.1.2. **ITEM 2: LIVRO DO ESTUDANTE "CAINDO NA REAL" 5º ANO PROERD , 297.000** (duzentos e noventa e sete mil) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Formato fechado 56 páginas de 20,2 X 27,5 cm;
- Formato aberto 28 página de 40,4 X 27,5 cm;
- Miolo com 56 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;
- Capa com 04 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores, orelha com 13 cm, a dobra da orelha não poderá mostrar o miolo mais que 2 mm;
- Acabamento lombada canoa com 02 grampos.

4.1.3. **ITEM 3: LIVRO DO ESTUDANTE "CAINDO NA REAL" 7º ANO PROERD , 46.000** (quarenta e seis mil) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Formato fechado 27,5 X 21,0 cm;
- Formato aberto 42,0 X 27,5 cm;
- Miolo com 24 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;
- Capa com 4 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores;
- Acabamento lombada canoa com 02 grampos.

4.1.4. **ITEM 4: LIVRETO DE "DEVER DE CASA" DO "CAINDO NA REAL" DO 7º ANO PROERD, 46.000** (quarenta e seis mil) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Formato aberto 15,2 X 90,00 cm;
- Formato fechado 15,2 X 15,0 cm com 12 páginas dobráveis em papel couchê liso 120g/m² 4x4 cores;

4.1.5. **ITEM 5: LIVRO DO ESTUDANTE ENSINO MÉDIO PROERD , 33.000** (trinta e três mil) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Formato fechado 27,5 X 21,0 cm;
- Formato aberto 42,0 X 27,5 cm;
- Miolo com 18 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;
- Capa com 4 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores;
- Acabamento lombada canoa com 02 grampos.

4.1.6. **ITEM 6: MANUAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA , 600** (seiscentas) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Capa no papel triplex 350g, com laminação bopp fosca frente, verniz localizado e aplicação de alto relevo e o clichê incluso;
- Tamanho da capa 48,7x23cm 4x0 cores, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores - com 128 páginas. tamanho miolo 15.7x22.7

4.1.7. **ITEM 7: MANUAL DE FUNDAMENTOS: POLÍCIA OSTENSIVA E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA , 600** (seiscentas) unidades, embaladas em papel filme, com 50 (cinquenta) unidades por pacote, acondicionadas em caixas. O livro deverá atender às seguintes especificações:

- Capa no papel triplex 350g, com laminação bopp fosca frente, verniz localizado e aplicação de alto relevo e o clichê incluso;
- Tamanho da capa 48,7x23cm 4x0 cores, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores - com 162 páginas. tamanho miolo 15.7x22.7.

4.2. O serviço ofertado será de inteira responsabilidade da Contratada, utilizando materiais de primeira qualidade, devendo ser especializada no fornecimento do serviço ora licitado;

4.2.1. A Contratada deverá refazer ou substituir, sem ônus para o Contratante, os itens que apresentarem defeitos de material ou vícios de execução, não oriundos de mau uso por parte da Contratante;

4.3. O serviço deverá estar de acordo com a descrição exigida no **Termo de Referência N° 32/25** , sendo assim, para maiores esclarecimentos entrar em contato com o Setor de Logística da Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos através do número de telefone: (11) 3327-7752, ou através do e-mail [dpcdhp4@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:dpcdhp4@policiamilitar.sp.gov.br).

4.4. A entrega deverá ser realizada nos locais especificados no campo 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas.


## 5. Levantamento de Mercado

Ao se analisar as diferentes alternativas disponíveis no mercado para a prestação do serviço de confecção, verificou-se que, por se tratar de contratação dividida por itens, é plenamente viável a participação e contratação de múltiplas empresas, o que intensificaria a concorrência e potencializaria os benefícios para a Administração Pública. Diante disso, a solução mais compatível com o interesse público é a adoção da modalidade pregão, nos termos do art. 29, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

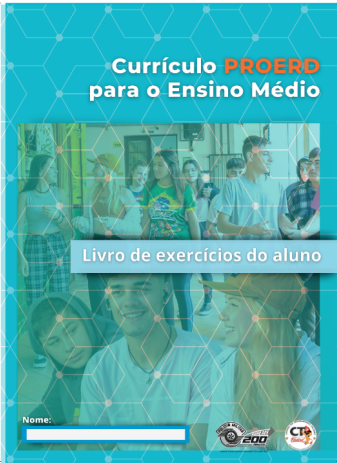
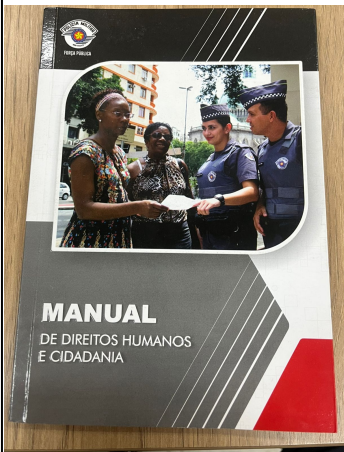
## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. O serviço inclui diagramação, editoração, arte final, tratamento de imagens, adequação e organização de textos e imagens do arquivo digital, impressão, produção e devolução dos arquivos digitais dos materiais didáticos especificados na tabela abaixo e conforme as seguintes especificações.

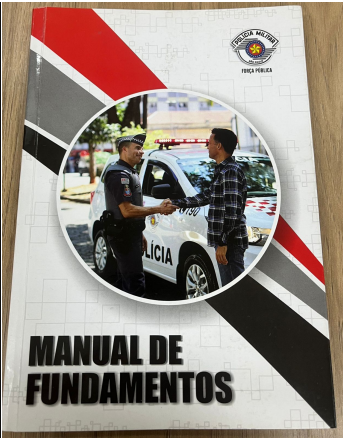
6.2. Após o levantamento das necessidades identificadas, e como solução para o atendimento da demanda, será realizada a contratação do serviço descrito abaixo, por meio de processo licitatório, cabendo à CONTRATADA a execução integral do objeto, incluindo todas as despesas direta ou indiretamente relacionadas à sua realização, conforme especificado a seguir. Saliento que o código do material é para a contratação. Além disso, as fotos abaixo servem apenas como referência visual das características técnicas e/ou funcionais desejadas e não anulam a oferta de marcas diferentes:

ITEM	CATSERV	ITEM /BEC	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	17353	64599	<p><b>CERTIFICADOS PROERD</b></p> <p>Formato: 297 x 210 mm;</p> <p>Impressão em 4x0 cores em papel tipo "off set fosco" branco de 150 gramas/m².</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	385.000	R\$ 0,74	R\$284.900,00
			<p><b>LIVRO DO ESTUDANTE "CAINDO NA REAL" 5º ANO PROERD</b></p> <p>Formato fechado 56 páginas de 20,2 X 27,5 cm; Formato aberto 28 página de 40,4 X 27,5 cm; Miolo com 56 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores; Capa com 04 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores, orelha com 13 cm, a dobra da orelha não poderá mostrar o miolo mais que 2 mm; Acabamento lombada canoa com 02 grampos.</p>				

2	19275	41823	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	297.000	R\$2,25	R\$668.250,00
3	19275	41823	<p><b>LIVRO DO ESTUDANTE "CAINDO NA REAL" 7º ANO PROERD</b></p> <p>Formato fechado 27,5 X 21,0 cm;  Formato aberto 42,0 X 27,5 cm;  Miolo com 24 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores;  Capa com 4 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores;  Acabamento lombada canoa com 02 grampos.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	46.000	R\$1,93	R\$88.780,00
4	19275	159042	<p><b>LIVRETO DE "DEVER DE CASA" DO "CAINDO NA REAL" DO 7º ANO PROER</b></p> <p>Formato aberto 15,2 X 90,00 cm;  Formato fechado 15,2 X 15,0 cm com 12 páginas dobráveis em papel couchê liso 120g/m² 4x4 cores;</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	46.000	R\$1,33	R\$61.180,00

5	19275	41823	<p><b>LIVRO DO ESTUDANTE ENSINO MÉDIO PROERD</b></p> <p>Formato fechado 27,5 X 21,0 cm; Formato aberto 42,0 X 27,5 cm; Miolo com 18 páginas em offset 75g/m² 4x4 cores; Capa com 4 páginas em papel couchê liso 180g/m² 4x0 cores; Acabamento lombada canoa com 02 grampos.</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	33.000	R\$2,69	R\$88.770,00
6	19275	41823	<p><b>MANUAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b></p> <p>Capa no papel triplex 350g, com lami - nação bopp fosca frente, verniz localizado e aplicação de alto relevo e o clichê incluso Tamanho da capa 48,7x23cm 4x0 cores, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores - com 128 páginas. tamanho miolo 15.7x22.7</p>  <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	600	R\$32,48	R\$19.488,00
			<p><b>MANUAL DE FUNDAMENTOS: POLÍCIA OSTENSIVA E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA</b></p> <p>Capa no papel triplex 350g, com lami - nação bopp fosca frente, verniz localizado e aplicação de alto relevo e o clichê incluso Tamanho da capa 48,7x23cm 4x0 cores, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores - com 162 páginas. tamanho miolo 15.7x22.7</p>				



7	19275	41823	 <p>(A imagem ilustrativa do modelo serve como referência para melhor compreender a descrição do objeto)</p>	Unidade	600	R\$39,29	R\$23.574,00
						TOTAL	R\$1.234.942,00

6.3. Em conformidade com o art.5º da Lei 14.133/21, em especial os princípios da economicidade e eficiência, dispostos no art. 37 da Constituição Federal, é exigido que a Administração Pública atue de forma planejada, prevenindo erros e garantindo o melhor resultado com o menor custo possível:

*Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente:*

*II – exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, **ou durante a vigência do contrato** ou da ata de registro de preços, desde que tal exigência esteja prevista no edital da licitação e **devidamente justificada** a necessidade de sua apresentação.*

6.4. Ante o exposto, **NÃO SERÃO EXIGIDAS AMOSTRAS DOS ITENS**. Tal dispensa, contudo, não exime a empresa CONTRATADA da obrigação de manter o padrão de qualidade estabelecido no Termo de Referência em toda a escala de produção, uma vez que, tratando-se de milhares de exemplares, é imprescindível assegurar a uniformidade e a conformidade de cada unidade. O material entregue estará sujeito à recusa caso não atenda aos padrões de qualidade exigidos. A CONTRATADA deverá, ainda, entrar em contato com a CONTRATANTE para o recebimento das mídias referentes aos itens constantes do objeto.

6.8. A CONTRATADA deverá cumprir o prazo de **20 (vinte) dias** a contar da emissão da Nota de Empenho para entrega de todo o material produzido em seus respectivos destinos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da quantidade de Livros e Certificados a serem disponibilizados para as unidades é a seguinte, sendo obrigatória a entrega nos endereços indicados, nas quantidades exatas especificadas para cada item:

UNIDADE	ENDEREÇO	CERTIFICADOS	LIVROS 5º ANO	LIVRETO 7º ANO	LIVROS 7º ANO	LIVROS ENSINO MÉDIO	GRANDES COMANDOS
DPCDH	Av. Cruzeiro do Sul, nº 160 – Canindé – São Paulo/SP	3051	3331	1440	1440	2870	DIRETORIA
CPA/M-1	Rua Vergueiro, nº 363 – Liberdade – São Paulo/SP	2310	1210	350	350	500	C P C
CPA/M-2	Rua Rafael Iório, nº 160 – Campo Belo – São Paulo/SP	1800	2000	700	700	300	
CPA/M-3	Av. General Ataliba Leonel, nº 1270 – Carandiru – São Paulo/SP	9370	7920	1450	1450	0	
CPA/M-4	Av. Amador Bueno da Veiga, nº 2774 – Penha – São Paulo/SP	3000	2800	700	700	400	
CPA/M-5	Av. Corifeu de Azevedo Marques, nº 4082 – Rio Pequeno – São Paulo/SP	8630	8630	1400	1400	3300	
CPA/M-9	Av. Sapopemba, nº 12.370 – Fazenda da Juta – São Paulo/SP	6100	6100	0	0	0	
CPA/M-10	Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, nº 231 – Santo Amaro – São Paulo/SP	42500	4700	900	900	2500	
CPA/M-11	Rua São Felipe, nº 381 – Parque São Jorge – São Paulo/SP	12000	10000	3200	3200	1500	
CPA/M-6	Rua das Silveiras, nº 20 – Vila Guiomar – Santo André/SP	18860	17840	4850	4850	10460	C P M
CPA/M-7	Rua Humberto de Campos, nº 715 – Vila Tijuco – Guarulhos/SP	3700	3000	2500	2500	1000	
CPA/M-8	Av. Cruzeiro do Sul, nº 460 – Jardim Rochdalle – Osasco/SP	18944	13744	300	300	100	
CPA/M-12	Rua Coronel Souza Franco, nº 1010 – Centro – Mogi das Cruzes/SP	2400	0	0	0	0	
CPI-1	Av. Dep. Benedito Matarazzo, nº 9931 – Jd. Augusta – São José dos Campos/SP	42000	38500	4200	4200	850	C
CPI-2	Av. João Jorge, nº 499 – Vila Industrial – Campinas/SP	46750	31110	7930	7930	3050	
CPI-3	Av. Cavalheiro Pascoal Innechi, nº 1538 – Jd. Independência – Ribeirão Preto/SP	29780	26680	3200	3200	1000	
CPI-4	Rua Major Fonseca Osório, nº 465 – Vila Antártica – Bauru/SP	15010	15410	180	180	0	

CPI-5	Av. dos Estudantes, nº 1980 – Boa Vista – São José do Rio Preto/SP	16500	15500	1000	1000	500
CPI-6	Av. Cel. Joaquim Montenegro, nº 282 – Ponta da Praia – Santos/SP	14130	9530	2600	2600	2000
CPI-7	Rua Bento Manoel Ribeiro, nº 209 – Cerrado – Sorocaba/SP	21950	19550	800	800	400
CPI-8	Av. Joaquim Constantino, nº 351 – Vila Formosa – Presidente Prudente/SP	17750	15250	800	800	0
CPI-9	Rua Américo Vespúcio, nº 438 – Bairro São Luiz – Piracicaba/SP	38165	33695	7500	7500	2270
CPI-10	Rua Capitão Alberto Mendes Jr, nº 238 – Aviação – Aracatuba/SP	10300	10500	0	0	0
TOTAL		385000,00	297000,00	46000,00	46000,00	33000,00

P  
I

7.2. Os **Manuais da Polícia Militar (itens 6 e 7)** deverão ser entregues exclusivamente na Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos (DPCDH), localizada na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 260, bairro Canindé, São Paulo/SP – Sala 155, 1º andar, telefone (11) 3327-7755. A CONTRATADA deverá, ainda, observar rigorosamente os quantitativos indicados na tabela acima, no que se refere aos Certificados e Livros do PROERD, cuja entrega também deverá ocorrer, dentre outras unidades, nesta Diretoria.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.234.942,00

A estimativa foi feita com base inciso I do Art. 23 da Lei Nº 14.133 de 01ABR21 e na **Pesquisa de Preços Nº 52/2025**.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO.

**1. Economia de Escala e Vantajosidade Econômica** A contratação de serviços gráficos para a impressão de diversos títulos de livros em um montante superior a R\$ 1 milhão permitirá que a Administração usufrua da **economia de escala**. Ao concentrar a demanda em um único fornecedor, obtém-se um preço unitário por exemplar inferior ao que seria alcançado caso a demanda fosse fragmentada entre várias gráficas menores. O rateio dos custos fixos de produção (como o ajuste de máquinas, pré-impressão e aquisição de grandes volumes de papel) por um volume maior de unidades reduz o valor final para o erário.

**2. Padronização e Identidade Visual** Tratando-se de uma coleção de diversos livros, a manutenção de um padrão uniforme de qualidade, gramatura de papel, fidelidade de cores e acabamento é essencial para garantir a **padronização técnica** da solução. O parcelamento poderia resultar em exemplares com tonalidades de tinta e texturas de papel distintas entre os volumes da mesma coleção, prejudicando a integridade visual e institucional do projeto pedagógico/informativo.

**3. Eficiência na Gestão e Redução de Custos Processuais** A entrega em diversas localidades do Estado de São Paulo exige uma coordenação logística complexa. A opção pelo lote único visa à **redução de custos de gestão de contratos**. Gerenciar um único contrato e um único fluxo logístico é administrativamente mais eficiente do que gerir múltiplos cronogramas de entrega de fornecedores diferentes. Além disso, evita-se o risco de atrasos parciais que comprometeriam a distribuição do kit completo de livros nas localidades de destino, mantendo a integridade da solução como um **sistema único e integrado**.

**4. Responsabilidade Técnica Unificada** O parcelamento poderia gerar conflitos de **responsabilidade técnica** entre diferentes executores. Com um único contratado, a Administração detém um ponto central de cobrança para a reparação de vícios ou defeitos de execução em qualquer um dos itens ou locais de entrega, facilitando a fiscalização e a aplicação de sanções, se necessário.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A Contratação está alinhada com o disposto no Plano de Contratações Anual - PCA 2025, conforme especificado abaixo:

- I. ID PCA do PNCP: **46377800000127-0-000189/2025;**
- II. Data de publicação no PNCP: **26/06/2024;**
- III. Id do Item PCA: 27;
- IV. Classe/Grupo: **891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO;**
- V. Identificador da Fatura Contratação: **180378-24/2025.**

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O PROERD, em todo o Estado de São Paulo torna-se um componente importante no sistema de divulgação do Programa Educacional a toda a comunidade paulista porque auxilia na aprendizagem do aluno, e assim, é estabelecido um processo de *marketing*, devidamente associado ao nome da Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio de um conjunto de estratégias que disponham o desenvolvimento e a sustentação do Programa, visando aumentar sua aceitação e fortalecer a imagem da Instituição, como empresa provedora de ações preventivas e não só repressivas.

12.2. Objetiva-se, assim, que os alunos perseverem no ideal de se manterem afastados das drogas e da violência, com vistas a também se tornarem cidadãos vencedores.

## 13. Providências a serem Adotadas

### LOCAL DA RETIRADA E ENTREGA:

13.1. A empresa deverá cumprir o prazo de **20 (vinte) dias** para a entrega do serviço nos locais indicados abaixo, após emissão da Nota de Empenho.

### LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

13.2. A entrega deverá acontecer em horário comercial, das 9h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00, de modo a viabilizar a execução dos procedimentos habituais de recebimento pelas unidades responsáveis.

UNIDADE	ENDEREÇO	CERTIFICADOS	LIVROS 5º ANO	LIVRETO 7º ANO	LIVROS 7º ANO	LIVROS ENSINO MÉDIO	GRANDES COMANDOS
DPCDH	Av. Cruzeiro do Sul, nº 160 – Canindé – São Paulo/SP	3051	3331	1440	1440	2870	DIRETORIA
CPA/M-1	Rua Vergueiro, nº 363 – Liberdade – São Paulo/SP	2310	1210	350	350	500	C P C
CPA/M-2	Rua Rafael Iório, nº 160 – Campo Belo – São Paulo/SP	1800	2000	700	700	300	
CPA/M-3	Av. General Ataliba Leonel, nº 1270 – Carandiru – São Paulo/SP	9370	7920	1450	1450	0	
CPA/M-4	Av. Amador Bueno da Veiga, nº 2774 – Penha – São Paulo/SP	3000	2800	700	700	400	
CPA/M-5	Av. Corifeu de Azevedo Marques, nº 4082 – Rio Pequeno – São Paulo/SP	8630	8630	1400	1400	3300	
CPA/M-9	Av. Sapopemba, nº 12.370 – Fazenda da Juta – São Paulo/SP	6100	6100	0	0	0	
CPA/M-10	Rua Dr. Rubens Gomes Bueno, nº 231 – Santo Amaro – São Paulo/SP	42500	4700	900	900	2500	
CPA/M-11	Rua São Felipe, nº 381 – Parque São Jorge – São Paulo/SP	12000	10000	3200	3200	1500	
CPA/M-6	Rua das Silveiras, nº 20 – Vila Guiomar – Santo André/SP	18860	17840	4850	4850	10460	C P M
CPA/M-7	Rua Humberto de Campos, nº 715 – Vila Tijuco – Guarulhos/SP	3700	3000	2500	2500	1000	
CPA/M-8	Av. Cruzeiro do Sul, nº 460 – Jardim Rochdalle – Osasco/SP	18944	13744	300	300	100	
CPA/M-12	Rua Coronel Souza Franco, nº 1010 – Centro – Mogi das Cruzes/SP	2400	0	0	0	0	
CPI-1	Av. Dep. Benedito Matarazzo, nº 9931 – Jd. Augusta – São José dos Campos/SP	42000	38500	4200	4200	850	C
CPI-2	Av. João Jorge, nº 499 – Vila Industrial – Campinas/SP	46750	31110	7930	7930	3050	
CPI-3	Av. Cavalheiro Pascoal Innechi, nº 1538 – Jd. Independência – Ribeirão Preto/SP	29780	26680	3200	3200	1000	
CPI-4	Rua Major Fonseca Osório, nº 465 – Vila Antártica – Bauru/SP	15010	15410	180	180	0	

CPI-5	Av. dos Estudantes, nº 1980 – Boa Vista – São José do Rio Preto/SP	16500	15500	1000	1000	500	<b>P I</b>
CPI-6	Av. Cel. Joaquim Montenegro, nº 282 – Ponta da Praia – Santos/SP	14130	9530	2600	2600	2000	
CPI-7	Rua Bento Manoel Ribeiro, nº 209 – Cerrado – Sorocaba/SP	21950	19550	800	800	400	
CPI-8	Av. Joaquim Constantino, nº 351 – Vila Formosa – Presidente Prudente/SP	17750	15250	800	800	0	
CPI-9	Rua Américo Vespucio, nº 438 – Bairro São Luiz – Piracicaba/SP	38165	33695	7500	7500	2270	
CPI-10	Rua Capitão Alberto Mendes Jr, nº 238 – Aviação – Araçatuba/SP	10300	10500	0	0	0	
<b>TOTAL</b>		<b>385000,00</b>	<b>297000,00</b>	<b>46000,00</b>	<b>46000,00</b>	<b>33000,00</b>	

13.4. Os **Manuais da Polícia Militar (itens 6 e 7)** deverão ser entregues exclusivamente na Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos (DPCDH), localizada na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 260, bairro Canindé, São Paulo/SP – Sala 155, 1º andar, telefone (11) 3327-7755. A CONTRATADA deverá, ainda, observar rigorosamente os quantitativos indicados na tabela acima, no que se refere aos **Certificados e Livros** do PROERD, cuja entrega também deverá ocorrer, dentre outras unidades, nesta Diretoria.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Na presente demanda, não se observa previsões de impacto ambiental para o setor requisitante.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição de livros e certificados para o PROERD é viável e necessária, pois garante o suporte didático essencial à aplicação do programa em escolas públicas e particulares do Estado de São Paulo, atendendo crianças do Ensino Fundamental e Médio. O material padroniza o conteúdo, fortalece a aprendizagem e amplia o alcance das ações preventivas contra drogas e violência. Além disso, contribui para a divulgação do programa junto à comunidade, reforçando a imagem da Polícia Militar como promotora de ações educativas. A entrega será feita conforme a demanda de cada unidade, assegurando a correta distribuição. Assim, a contratação está alinhada aos objetivos institucionais e à continuidade do programa.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SANDRA ALVES DA SILVA**

Ten PM Ch St Adm



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 19:17:33.





# Governo do Estado de São Paulo

## NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE00000

UG	180378 – CENTRO INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO DA POLICIA MILITAR
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	00/00/2025

Origem Material	1					
CNPJ/CPF/UG						
Credor						
Endereço						
Cidade				UF		CEP

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
000000	XXX	000000000000000000	000000000	XXX	XXX	000.000.0100	000000

Valor do Empenho R\$	00,00					
			Acordo			
Tipo de Empenho			Ref Dispensa	LEI 14133/21		
Licitação			Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.			Nº Contrato		Nº OC	

Cronograma					
		Mês	Valor		
		00	00,00		
Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	00,00
Descrição					





# Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	00/00/2026

XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2025

PROCESSO Nº 057.00306415/2025-87

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	CATMAT	ITEM SIAFISICO	QTD	ALOR ITÁRIO	VALOR TOTAL

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento do objeto, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte e embalagem.

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:  
RG:  
CPF:

DADOS BANCÁRIOS NO BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA:  
CONTA CORRENTE:

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

**DATA:**

CARIMBO PADRÃO DO CNPJ

**Locais de entrega do material:**

---

**Representante Legal**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)